

cipal do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir da data da assinatura do termo de aceitação.

25 de Outubro de 2006. — O Director de Serviços Administrativos, *António Adriano de Matos Almeida*.

Instituto de Informática

Aviso n.º 11 764/2006

Por despacho de 24 de Outubro de 2006 do presidente do conselho de direcção, Rodrigo Oliveira Santos, técnico de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal do Instituto de Informática, em comissão de serviço extraordinária como especialista de informática do grau 1, nível 2, do mesmo Instituto, foi provido, por reclassificação profissional, na referida categoria, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2006. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Luísa Maria Pinheiro de Almeida Fernandes*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 22 787/2006

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em Acções de Cooperação Técnico-Militar Concretizadas em Território Estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo Estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogou por um período de 30 dias, com início em 27 de Outubro de 2006, a comissão do tenente-coronel INF 17766982, Fernando Manuel Rodrigues Pereira de Albuquerque, no desempenho das funções de director técnico do Projecto n.º 5 — Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz, inscrito no Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

24 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho n.º 22 788/2006

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo, de direcção intermédia do 2.º grau, de chefe de divisão de Incentivos à Prestação do Serviço Militar, da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado João José Veríssimo Domingues.

O nomeado tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos da Divisão de Incentivos à Prestação do Serviço Militar, sendo dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo currículo profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

31 de Setembro de 2006. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

Nota curricular

João José Veríssimo Domingues, de nacionalidade portuguesa, nascido a 28 de Agosto de 1966, na Amadora, licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional.

Em 1991, no âmbito do cumprimento do serviço militar obrigatório, exerceu as funções de investigador criminal principal na Delegação de Évora da Polícia Judiciária Militar.

Entre 1992 e 1994 exerceu a actividade de consultor jurídico voluntário a várias entidades privadas, designadamente na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e em vários projectos de âmbito social desenvolvidos pelo centro paroquial da Amadora, incidindo a mesma maioritariamente sobre as áreas do direito penal, do direito civil, do direito do trabalho e da segurança social.

Enquanto militar em regime de contrato, desempenhou as funções de assessor jurídico na Divisão de Pessoal do Estado-Maior do Exército entre 15 de Março de 1995 e 1 de Agosto de 2002. Durante esse período desenvolveu ininterruptamente estudos e pareceres, bem como projectos de despacho e diploma legais de natureza orgânica e regulamentar, na área do recrutamento e mobilização de pessoal, sobre as matérias referentes ao estatuto dos militares, ao seu sistema remuneratório e à aplicação da legislação sobre o regime de incentivos de adesão aos regimes de contrato e de voluntariado.

De 1 de Agosto de 2002 a 15 de Maio de 2005, na Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional, exerceu as funções de assessoria jurídica na respectiva Direcção de Serviços de Gestão Patrimonial; no âmbito das funções acima referidas, desenvolveu vários projectos de diplomas legais sobre a criação do regime jurídico da exploração dos bens do domínio público afectos à defesa nacional, bem como a elaboração de diversos protocolos de utilização precária desses bens por entidades públicas ou privadas de interesse público. Interveio ainda no processo de regulamentação referente à concessão das designadas casas do Estado a funcionários deslocados da sua área de residência, bem como no processo de aquisição por via do direito privado e de expropriação pública dos terrenos destinados à construção do oleoduto/pipeline Nato em Porto Santo.

Desde 2005 tem exercido o cargo de chefe de divisão de Incentivos à Prestação de Serviço Militar, da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional, tendo desenvolvido estudos e pareceres sobre o alcance efectivo dos vários incentivos legalmente previstos, com especial incidência nas áreas da inserção no mercado de trabalho e nas medidas de apoio social, tanto na óptica da sua monitorização como na vertente da respectiva apreciação concreta e quantificação de encargos financeiros, além de ter proposto várias alterações à legislação em vigor sobre estas matérias, tendo em conta as necessidades inerentes ao recrutamento militar, à retenção de efectivos e à reinserção dos militares em regime de contrato e de voluntariado no mercado de trabalho.

Despacho n.º 22 789/2006

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau chefe da Divisão da Saúde Militar, da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o capitão-de-fragata Egídio José Jorge Pedro.

O nomeado tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos da Divisão de Saúde Militar, sendo dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

2 de Outubro de 2006. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

Nota curricular

Egídio José Jorge Pedro, de 48 anos, natural de Loures, capitão-de-fragata, médico naval, ingressou no quadro permanente da Marinha Portuguesa, após provas públicas, em 1985. Foi admitido com a classificação final de *Muito bom*.

Licenciou-se em Medicina, com a classificação final de *Bom com distinção*, em 1982, e obteve o grau de mestre em Patologia Química, em 1999, pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Nova de Lisboa (UNL). É doutorado em Medicina — Aterosclerose, pela Universidade de Siena (Itália), desde Janeiro de 2006.

Exerceu funções docentes no Departamento de Bioquímica da FCM da UNL de 1979 a 2001.

Efectuou, desde 1985 a 1998, várias comissões de embarque, como chefe do serviço de saúde de bordo dos navios da República Portuguesa (NRP) *João Roby*, *Corte Real*, *Honório Barreto*, *Comandante João Belo*, *Comandante Hermenegildo Capelo*, *Oliveira e Carmo* e participou, em 1998, na Operação Crocodilo, de evacuação de refugiados na República da Guiné-Bissau, embarcado no NRP *Vasco da Gama*.

Efectuou, de 1989 a 2005, vários estágios de formação médica no estrangeiro: Centro per lo Studio dell'Arteriosclerosi e della Mallatie

Dismetabolice, da Universidade de Bolonha, Serviço de Nefrologia/LDL — aferese do Hospital St. Markus, Frankfurt, Instituto de Patologia Speciale Medica da Universidade de Ferrara, Dipartimento di Medicina e Biotecnologia Applicata D. Campacci — laboratório de diagnostica ultrasonográfica e no Centro de LDL — Aferese da Universidade de Bolonha, Istituto di Terapia Medica Sistemática da Universidade de Roma La Sapienza, Centro de Formação de Ecotomografia Carotídea da Biosound, Indianapolis, Estados Unidos da América, curso de formação sobre Direct Apheresis of Atherogenic Lipoproteins from Blood (DALI) — System em Munique e Dipartimento di Medicina Interna da Universidade de Palermo.

Exerceu funções no Departamento Médico do Centro de Educação Física da Armada e no Hospital da Marinha, após conclusão do internato complementar de cardiologia no Hospital de Santa Cruz, com a classificação final de *Muito bom*, em 1992. Foi vogal da junta de recrutamento e selecção da Direcção do Serviço de Pessoal (DSP), de 1993 a 1999, em regime de acumulação de funções com as de médico da 7.ª Repartição de Oficiais, Repartição de Recrutamento e Selecção da DSP. Foi chefe do serviço de saúde da Unidade de Apoio às Instalações Navais de Alcântara e subdirector do Centro de Medicina Naval.

Exerceu funções docentes, no curso de Enfermagem da Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM) e pertence desde 1999 ao seu conselho científico.

Foi nomeado, em 2002, no cargo de Medical Advisor e Medical Branch Head of Logistic Division do CINCOSOUTHLANT/Joint Command Lisbon (NATO), cargo que exerceu até 2005.

Exerce o cargo de chefe da Divisão de Saúde Militar da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional, em regime de substituição, desde Novembro de 2005.

Introduziu em Portugal a LDL — aferese, em 1990, e a ecotomografia carotídea de alta resolução, em 1996.

No âmbito da NATO, está habilitado com os seguintes cursos de aperfeiçoamento: NATO — PFP — Joint Medical Planners, Medical Incidents, Medical Management Support Course, NATO Combined Joint Task Force, e com os cursos Radiant Support Exercise, 2002, (Bélgica) e Cooperative Support Exercise, 2003 (Áustria) e 2004 (Estónia).

Participou em diferentes exercícios NATO, de 2002 a 2005, como Medical Distaff e Medical Exercise Control, designadamente Northern Light Exercise 2003, Joint Vision 2004 e Allied Action Exercise 2005, que culminou com a validação e certificação do Joint Command Lisbon como quartel-general operacional.

Participou, de 2002 a 2005, em inúmeras reuniões dos comandos da NATO, quer na área médica quer na área operacional e logística, nas reuniões do Medical Advisors Meeting Group (MEDAGs Meetings), e como representante nacional do Ministério da Defesa Nacional para assuntos médicos NATO. Participou, em 2004, na reestruturação dos cursos médicos da NATO School. Foi o responsável, em 2005, pela Conferência Médica da NATO Response Force — 5 (NRF-5).

Exerce o cargo de chefe da Divisão de Saúde Militar da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional, em regime de substituição, desde Novembro de 2005.

Foi promovido ao posto de capitão-tenente em 2000 e ao posto de capitão-de-fragata em 2005.

Desenvolveu, desde 1979, intensa actividade científica na área da medicina preventiva, da cardiologia preventiva, da arteriosclerose e da medicina militar, com a publicação de cerca de 70 trabalhos científicos. Efectuou cerca de 150 comunicações científicas em reuniões médico-militares nacionais e internacionais.

É membro de várias sociedades científicas nacionais e internacionais e coordenou várias reuniões científicas. É o presidente em exercício, desde 2000, do Grupo Luso-Italiano de Arteriosclerose.

Foi galardoado com os 1.ºs prémios científicos Paul-White, 1988 e 1989, da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, e com o prémio científico Cuore di Brisighella, pela Universidade de Bolonha, em 1996.

Recebeu oito louvores individuais ou colectivos e foi-lhe concedida a medalha militar de mérito militar de 3.ª classe, em 1997, e o distintivo naval de embarque de cobre, em 2005.

Durante a comissão de serviço na NATO, foi louvado individualmente pelo Deputy Commander Joint Command Lisbon, vice-almirante Melo Gomes e recebeu Letter of Appreciation Rear Admiral Bonnie Potter, US Navy — SACLANT.

Despacho (extracto) n.º 22 790/2006

Obtida a necessária anuência do presidente do Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça, autorizo, ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e no n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a transferência da assessora Carla Maria Percliana de Jesus Tavares Gonçalves de

Figueiredo para lugar da mesma carreira e categoria que se encontra vago no quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, com efeitos a 1 de Novembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2006. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Despacho n.º 22 791/2006

No uso da delegação de competências que me foi conferida pelo despacho n.º 7181/2006 (2.ª série), de 16 de Março, do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 31 de Março de 2006, nomeio o sargento-ajudante C (57176), Afonso Emílio Gouveia Coelho, para o cargo de adjunto do Centro de Comunicações do Comando Operacional dos Açores (cargo de código 100.016.19), em substituição do sargento-chefe SE (91369), Jorge Gualdino Gonçalves, que fica exonerado do referido cargo pelo presente despacho, o qual produz efeitos desde 28 de Agosto de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Outubro de 2006. — O Adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *David César de Almeida Oliveira*, tenente-general piloto-aviador.

Despacho n.º 22 792/2006

No uso da delegação de competências que me foi conferida pelo despacho n.º 7181/2006 (2.ª série), de 16 de Março, do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 31 de Março de 2006, nomeio o primeiro-tenente M (22792), Nuno Miguel Brazuna Ranhola, para o cargo de chefe do Centro de Comunicações do Comando Operacional dos Açores (cargo de código 100.016.18), em substituição do primeiro-tenente M (21491), Paulo Alexandre Costa Ramos, que fica exonerado do referido cargo pelo presente despacho, o qual produz efeitos desde 23 de Outubro de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Outubro de 2006. — O Adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *David César de Almeida Oliveira*, tenente-general piloto-aviador.

MARINHA

Instituto Hidrográfico

Aviso n.º 11 765/2006

Concurso interno de ingresso para técnico estagiário (engenheiro electrotécnico)

1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do vice-almirante director-geral do Instituto Hidrográfico de 11 de Agosto de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de ingresso para provimento de um lugar vago na categoria de técnico estagiário, correspondente a um lugar vago de técnico de 2.ª classe da carreira de engenheiro técnico electrotécnico do grupo de pessoal técnico do quadro do pessoal civil do Instituto Hidrográfico (QPCIH), aprovado pela Portaria n.º 1174/91, de 20 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 52/95, de 23 de Janeiro, e subsequentes alterações resultantes da publicação de diversos diplomas.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido exclusivamente para o preenchimento da vaga indicada, caducando com o seu preenchimento.

3 — Remuneração, local e condições de trabalho:

a) O vencimento é o correspondente ao escalão previsto para os estagiários a técnicos pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, com o escalão e o índice correspondentes e com as regras neles estabelecidas, sem prejuízo do direito de opção pelo vencimento do lugar